

ATA Nº 002/2007

1 Às 14hh38, do dia 24 de janeiro de 2007 inicia plenária
2 002/2007 sob a coordenação da Presidente Leci Soares Matos.
3 Conselheiros lançam propostas para a promoção de
4 discussões no conselho. Gilmar propõe como tema a questão
5 dos Editais e fluxo de funcionamento do CMDCA. A Presidente
6 faz considerações sobre o processo dos editais, mencionando
7 que a comissão de políticas deve propor discussões sobre os
8 programas que não foram contemplados pelos editais. Também
9 aponta sobre a necessidade do Planejamento, lembrando que
10 os editais deverão estar inseridos nesse processo. A Conselheira
11 Leonice, por sua vez, relembra a combinação em plenárias
12 anteriores sobre seminário interno no qual deverão ser
13 abordados a questão dos fluxos, organograma e planejamento
14 de ações. A conselheira Alice considera importante repensar a
15 metodologia dos editais, tornando esse processo mais ágil.
16 Também defende o envolvimento do coletivo dos conselheiros,
17 evitando assim a sobrecarga de trabalho para os funcionários.
18 A conselheira Ir. Conceição destaca a necessidade de uma
19 proposta norteadora e a capacitação através de seminários.
20 **1. Relatório Institucional 2006** – Conselheira Joice faz a leitura do
21 Documento. O gerente do FUNCRIANÇA, Wilson Pastorini
22 esclarece sobre a prestação de contas relativa ao ano
23 anterior, cujas informações constam no relatório institucional. O
24 total de receitas foi de R\$14.187.026,12. Sendo que:
25 R\$5.398.204,57 são relativos ao superávit de 2005; R\$504.298,61
26 do orçamento municipal 2005 – repassado em 2006; e
27 R\$8.211.310,08 de destinações sociais de pessoas físicas e
28 jurídicas declarantes do Imposto de renda. Segundo Pastorini o
29 repasse de auxílio financeiro para as instituições não
30 governamentais chegou aos R\$8.815.689,25. A Presidente Leci
31 Matos aborda sobre os quinhentos mil pendentes, relativos ao
32 Orçamento Municipal e faz considerações sobre os recursos
33 carimbados. Pastorini informa que há R\$400 mil reais disponíveis
34 referentes a doações não dirigidas. O conselheiro Gilmar
35 questiona sobre os percentuais da retenção. A conselheira
36 Maria Eva explica que no ano anterior a retenção foi “quase

ATA Nº 002/2007

37 zero". O Conselheiro Gilmar sugere o detalhamento , na
38 prestação de contas, das verbas carimbadas e dos níveis de
39 retenção. Votação: o Relatório institucional 2006 é aprovado
40 com duas abstenções (justificadas). **2.Projeto: Implante**
41 **Subcutâneo para prevenção da gravidez na adolescência** - A
42 presidente menciona que o projeto está sendo alvo de debates
43 no Conselho Municipal de Saúde, uma vez que começou a
44 funcionar sem a aprovação do referido conselho. Informa que
45 a ONG executora recebeu os contraceptivos de uma empresa
46 multinacional e vem desenvolvendo suas ações através de um
47 projeto piloto . A conselheira Ir. Conceição considera que o
48 projeto deveria ser mais discutido, alerta para o fato das ações
49 estarem ocorrendo com adolescentes da periferia (na
50 Restinga), sem o aval dos Conselhos , A conselheira Joice, por
51 sua vez, esclarece que a entidade entrou com pedido de
52 registro da entidade ,em 2006, mencionando o projeto, porém,
53 sem encaminhá-lo para a devida apreciação no CMDCA. A
54 Sra. Neusa do Coletivo feminino Plural e da Rede Feminista de
55 Saúde, participando da Plenária, na condição de
56 representante de instâncias denunciantes, faz o histórico da
57 problemática. Segundo ela, o projeto foi divulgado na mídia
58 sem passar por nenhuma instância deliberativa. Menciona que
59 a entidade executante "Instituto da Mulher consciente" foi
60 instalada em abril de 2006, sendo financiada pela
61 Multinacional Organon. A pesquisa é um projeto piloto que
62 prevê implantes contraceptivos hormonais em jovens de 15 a 18
63 anos, residentes na periferia da cidade. Ela alerta que esse
64 procedimento é questionado por setores da classe médica,
65 pesquisadores da área da saúde da mulher, caracterizando-se
66 como uma prática de utilização de seres humanos para
67 testagem de medicamentos. Faz menção às ações que vem
68 sendo desenvolvidas no sentido de contestar essa prática e o
69 andamento da questão junto ao Conselho Municipal da Saúde.
70 O conselheiro Carlos esclarece que a ONG executora procurou
71 a Prefeitura no início de novembro. Essa instância apreciou o
72 projeto e forneceu orientações que foram elencadas em oito

ATA Nº 002/2007

73 pontos. Sugeriu , também , a inserção do projeto enquanto
74 medida de Planejamento familiar e a aproximação com
75 demais instâncias. A conselheira Alice, por sua vez, considera
76 que a prática já vem sendo utilizada na rede Privada de Saúde.
77 Para ela é necessário conhecer o projeto para fazer maiores
78 discussões. Ao seu ver o que houve foi o avanço de
79 etapas/fluxos. Ressalta a importância do Conselho conhecer os
80 oito pontos indicados pela Prefeitura. O conselheiro Gilberto
81 também é da opinião que a ONG pulou etapas . Ele considera
82 fundamental a discussão acerca dos Temas Controle da
83 Natalidade e Planejamento familiar, visando à busca de
84 alternativas para essas problemáticas. Por outro lado, o
85 Conselheiro Gilmar diz estar estarecido com a situação e
86 questiona a Prefeitura, que ao seu ver, compactuou com o
87 processo. A conselheira Alda alerta que há sempre uma
88 multinacional interessada em fazer testes com seres humanos,
89 tanto nos países da América Latina como nos da África. A
90 Conselheira Leonice, por sua vez, relembra a história construída
91 no município no que se refere ao Direito Reprodutivo e
92 Planejamento familiar. Entende que a questão chegou até a
93 esfera do poder Público e tomou um caminho como se tivesse
94 um aval. Alerta que a medida se assemelha a práticas utilizadas
95 nos países subdesenvolvidos onde são fornecidos
96 medicamentos aos pobres no intuito de fazer teste. Segundo a
97 conselheira, a ONG se instalou no município há apenas seis
98 meses, desconhecendo o fluxo e a caminhada construída na
99 cidade. Ao seu ver, o projeto viola direitos e coloca em risco as
100 futuras gerações. O Conselheiro Maico, também considera a
101 prática perigosa, devido às altas taxas hormonais dos
102 medicamentos. Entende que há outras formas de trabalhar a
103 problemática da gravidez precoce e os métodos
104 contraceptivos. Cita como exemplo as ações que vem
105 ocorrendo na sua comunidade coordenadas pela UniRitter.
106 Encaminhamento: CMDCA estará acompanhando o assunto.
107 **3. Operação Carnaval:** conselheiro Carlos relata como
108 acontecerá a Operação Carnaval. Segundo ele será

ATA Nº 002/2007

109 disponibilizado um camarote específico para a acolhida das
110 demandas. A representação do CMDCA, bem como as
111 demais, receberão as credenciais, camisetas e transporte para
112 deslocamento. Será disponibilizado um número telefônico para
113 centralizar as informações. Indicação de Representação:
114 Plenária indica os conselheiros Eulina e Roberto para o
115 acompanhamento da Operação carnaval. **4. Projeto Ação**
116 **Rua- O conselheiro Maico relata sobre Processo de Seleção do**
117 **Edital do Ação Rua.** Encerra-se a presente , registrando a
118 presença de 10 representantes da Sociedade Civil e 04
119 representantes governamentais.